

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2013/2015

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA: 10/12/2014

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 16h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 15ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2013/2015, realizada no dia 10 de dezembro de 2014, às 16h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. O Senhor Presidente do COMDEMA, Domênico Tremaroli, deu início à reunião com a aprovação da ata da reunião anterior e o Conselheiro Sr. Pedro Sérgio Pontes solicitou que fosse acrescentada, na 12ª linha, a palavra “previamente” após a frase “Sugere que esses apontamentos estejam disponibilizados (...)”. O Conselheiro Massao Okazaki solicitou a inclusão do seguinte texto na ata: *“Em outros assuntos a mesa concedeu a palavra ao conselheiro Sr. Massao Okazaki que comunicou a plenária os seguintes assuntos: 1- A cidade de Indaiatuba já está captando para abastecimento público cerca de 100 litros de água por segundo do rio Jundiá e Várzea Paulista já está se preparando para fazer o mesmo procedimento. 2- Que o Comdema discuta a questão do reenquadramento do rio Jundiá para Classe 3 e participe dos esforços em conjunto com os demais municípios da bacia do rio Jundiá para melhorar a qualidade das águas e que reenquadramento seja linear e não segmentado onde, entre Várzea Paulista e Itupeva continuaria na Classe 4.”* Após, a ata foi aprovada por todos. Seguindo com a pauta da reunião, o Sr. Domênico sugeriu uma nova proposta de apresentação dos pareceres e laudos dos loteamentos para aprovação e o Sr. Márcio Galafassi apresentou um questionamento do Conselheiro Sr. Pedro Sérgio Pontes sobre a necessidade de resumir a apresentação, a fim de tornar-se mais dinâmica. O Conselheiro Sr. Pedro Sérgio Pontes propôs a disponibilização dos laudos do Departamento de Licenciamento da Prefeitura e da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo previamente no site da Prefeitura de Jundiá. A Conselheira Srª Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires informou que os laudos não poderiam tornar-se públicos e o Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes sugeriu que os laudos fossem disponibilizados aos conselheiros e não apresentá-los na reunião, sendo apenas feita a leitura do parecer da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo em assembleia. O Sr. Domênico sugeriu resumir a apresentação e disponibilizar os documentos para consulta prévia, e, também começar a reunião 1h antes, a fim de evitar que haja a necessidade de marcar reunião extraordinária. O Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes concordou com que a reunião começasse 1h antes, mas somente com a apresentação do parecer da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo. O Conselheiro Sr. José Mateus Bichara sugeriu a disponibilização, pela Câmara Técnica, do parecer por e-mail aos conselheiros. O Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes concordou com resumir a apresentação e disponibilizar os documentos por e-mail. O Sr. Márcio informou que demoraria 9 anos para aprovar todos os loteamentos se as reuniões continuarem nesse ritmo, mas que talvez a equipe de Licenciamento da Prefeitura e da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo não conseguiriam atender uma demanda de 7 loteamentos por reunião. O Conselheiro Sr. Fábio Pereira Campos Alves perguntou se não haveria um aceleração na aprovação dos loteamentos, o qual poderia comprometer sua qualidade e o Sr. Márcio Galafassi informou que os loteamentos que são apresentados já são devidamente regularizados. A Conselheira

Srª Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires informou que há 37 loteamentos a serem regularizados e que não será possível regularizar 7 loteamentos por reunião, pois dependem de entrega de documentação por parte dos proprietários. Em seguida, o Sr. Domênico informou que as reuniões serão antecipadas para as 15:00h, que os laudos e os pareceres técnicos serão disponibilizados por e-mail e que as apresentações dos laudos serão mais objetivas. O Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes questionou se as reuniões seriam apenas eventualmente às 15:00h e o Sr. Domênico respondeu que sim. A Srª Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo esclareceu que os pareceres não podem ser disponibilizados publicamente, somente aos membros do Conselho. O Conselheiro Sr. Fábio Pereira Campos Alves discordou e afirmou que os processos são públicos e que os pareceres devem ser disponibilizados publicamente. O Sr. Domênico informou que não se pode tornar público o que ainda não foi aprovado e o Conselheiro Sr. Marco Antônio Madeira concordou que não se podem divulgar documentos que ainda se encontram em análise. O Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes informou que os processos já são públicos, mas concorda que não se podem divulgar documentos que ainda se encontram em análise. Em seguida, a Conselheira Srª Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires deu início à apresentação dos loteamentos com o do Jardim Pellizzari e o Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes perguntou sobre quem assinaria o termo de compromisso e a Srª Ana respondeu que quem assina é a Associação de Moradores e o proprietário do lote 8. O Conselheiro Sr. Fábio Pereira Campos Alves perguntou quantos dos lotes estão ocupados e a Srª Ana informou que há 102 lotes, mas que não sabe informar quantos deles estão ocupados e que vai se atentar à essa informação quando das próximas apresentações. O Sr. Márcio Galafassi informou que há lotes vazios aguardando a regularização para construir. O Conselheiro Sr. Fábio Pereira Campos Alves perguntou sobre o processo de demolição e o Sr. Márcio Galafassi informou que existem ações demolitórias que foram interpostas pela DAE quando da fiscalização através do Programa de Olho na Bacia, ocasião em que o jurídico daquela entidade embargava as obras e propunha a ação demolitória, mas apenas se estivessem localizados na região de bacia, o que não é o caso do Jardim Pellizzari. O Conselheiro Sr. Nivaldo José Callegari pediu um esclarecimento se o parcelamento pertence à região da Serra do Japi e a Srª Ana esclareceu que não pertence. Em seguida, o Conselheiro Sr. José Mateus Bichara iniciou a leitura do parecer da Câmara Técnica o qual foi aprovado por todos com exceção de 1 abstenção (da conselheira Sílvia Lucia Cabrera Vieira Merlo). Em seguida, a conselheira Srª Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires deu início à apresentação do Loteamento Água Doce, informando que há um muro em APP construído para delimitar o limite do lote e o laudo é favorável a gerar compensação com o plantio de árvores dentro do lote 1 em área equivalente ao dobro da área ocupada pelo muro para não derrubá-lo. Em seguida, o Conselheiro Sr. José Mateus Bichara iniciou a leitura do parecer da Câmara Técnica e o Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes solicitou esclarecimentos quanto às divergências existentes entre o laudo da equipe de licenciamento e o parecer da Câmara técnica, pois esta pede a demolição do muro e aquela, sua manutenção. O proprietário do lote, o Sr. Valter, esclareceu que o muro foi construído a 5m da APP, mas que, devido a uma obra da Prefeitura, o curso do rio se aproximou do muro e é por isso que hoje ele está a 3m da APP. Como essa informação era desconhecida pela Câmara Técnica, o Sr. Domênico procedeu à votação do parecer, o qual foi aprovado, mas com a ressalva de preservar o muro de acordo com a proposta apresentada pela equipe de licenciamento. Em seguida, a Conselheira Srª Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires deu início à apresentação do Loteamento Núcleo Colonial Barão de Jundiá (Bacia do Rio Jundiá-Mirim) que já havia sido apreciado pelo COMDEMA anteriormente, mas quando da manifestação da DAE esta se posicionou contrária à aprovação sem a doação de áreas públicas, ainda que o parcelamento tivesse sido implantado anteriormente à Lei Federal 6.766 de 1979, portanto desobrigado de doação de áreas públicas. Para dirimir

dúvidas o parcelamento foi submetido ao Jurídico da Prefeitura e este deu parecer favorável à proposta da DAE. Dessa forma foram modificadas as plantas para incluir a doação de 15% de áreas dentro do loteamento. O Conselheiro Sr. Carlos Alberto de Moraes pergunta sobre quem assinaria o termo de compromisso e o Sr. Sérgio Dutra informou que quem assina é a Associação de Moradores. O Conselheiro Sr. José Mateus Bichara iniciou a leitura do parecer da Câmara Técnica e o Sr. Márcio Galafassi informou que desde o princípio foi contra a proposta de doação dessas áreas públicas. O Sr. Domênico deu início à votação do parecer na qual o Sr. Márcio Galafassi e o Sr. Fábio Pereira Campos Alves abstiveram-se, o Sr. Massao Okazaki votou contra e os demais aprovaram. Após, o Sr. Domênico deu continuidade à pauta entregando ao Conselheiro Sr. José Mateus Bichara a resposta do ofício do DAE sobre o loteamento Santa Isabel e à Srª Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, a resposta do ofício da SMPMA sobre a fiscalização do município. Em seguida, apresentou 2 ofícios, para manifestação do COMDEMA, sobre Propaganda ao Ar Livre e sobre a Lei que Veda Queimadas na área urbana. Diante dessa demanda, o Sr. Domênico constituiu 2 grupos, sendo, a Comissão de Propaganda ao Ar Livre composta pelo Sr. Nivaldo José Callegari (Coordenador), Sr. Dirceu Francisco Cardoso e Sr. Carlos Alberto Moraes e a Comissão sobre a Lei que Veda Queimadas composta pela Srª Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo (Coordenadora), Sr. Fábio Pereira Campos Alves, Sr. Rachel Antas Bugalho, Sr. José Rodrigues e Sr. Jorge Junji Yoshino. Em seguida, o Sr. Márcio Galafassi apresentou 4 ofícios que serão enviados pelo COMDEMA, quais sejam: American Tower, requisitando técnico para informações sobre a instalação de torre de telefonia na Serra do Japi; Logum Logística, requisitando técnico para informações sobre instalação de dutos no território de Jundiá; à DAE e ao Prefeito Pedro Bigardi, encaminhando parecer da Câmara Técnica de Recursos Hídricos. Em seguida, o Conselheiro Sr. Massao Okazaki solicitou a criação de soluções para a falta de água, citando moções de água como exemplo e o Conselheiro Sr. Pedro Sérgio Pontes sugeriu que ele apresentasse uma proposta de moção por escrito para discussão e votação. Após, foi apresentada a justificativa de falta da Conselheira Srª Maria Carolina Hertel Dutra e Simões, pois estava em um evento. Eu Nathalia Alvarez Martins Lacerda lavrei esta ata a qual assino juntamente com os demais conselheiros presentes e a lista de presença: Luis Gustavo Grijota Nascimento, Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires, Cláudia Debroi de Campos, Domenico Tremarolli, Carolina Guimarães Araújo, Sérgio Dutra, Renato Steck, Márcio Pardo Galafassi, Pedro Sérgio Pontes, Carlos Alberto de Moraes, Dirceu Francisco Cardoso, Giorgio Di Rito, Silvio de Toledo Pinheiro, Marcelo Stefanini Bissacot, Massao Okazaki, José Mateus Bichara, Silvia Lucia Cabrera Vieira Merlo, José Rodrigues, Luciano Libanio de Alcantara, Marco Antonio Madeira, Ferdinand Graf Von Ysenburg Philippseich, Rafael Benassi, Nivaldo José Callegari e os convidados Maria Helena F.S. Tiraboshi, Suzana Bolsoni Pupo Freitas, Antonio Carlos Pupo Freitas, Adelar Jorge Bolsoni, José Valdir P. Lima, Antonio Vale, Francisco Rodrigues, Ricardo Ferrari, Vitor Cesar Martins e Erich de Castro Dias.